

A crise não é só da economia mas dos economistas também

Wagner Pinto de Oliveira (*)

Recentemente, o diretor da Faculdade de Economia da USP demonstrou sua satisfação ao constatar que 10 mil candidatos se inscreveram para o vestibular, optando pelo curso de Economia em sua faculdade.

Tal constatação reflete o prestígio que essa categoria profissional adquiriu nos últimos anos, prestígio que aumenta quando, após concluído o curso superior e mercê dos dotes de bom estudante, dá continuidade à sua preparação teórica, obtendo PHD e/ou pós-graduação, de preferência no exterior. O passo seguinte é transformar-se em professor da USP, Fundação Getúlio Vargas, Unicamp e outras.

Possuidores de tal "curriculum", fruto de dedicação, profundos estudos das mais variadas escolas e teorias econômicas, esses profissionais começam a colher os frutos de sua dedicação, encontrando vasto mercado de trabalho, abertura de espaço na imprensa e altos cargos no governo.

Aberto seu espaço e naturalmente desejosos de contribuir para encontrar solução aos problemas conjunturais do País, passam a utilizar seus conhecimentos teóricos para formular teses que representarão, no seu ponto de vista, a solução para alguns e/ou todos os males que afigem nossa economia.

Aqueles que por seus méritos e/ou vinculações políticas atingem os altos escalões do Ministério da Fazenda, Banco Central e outros órgãos, principalmente nos últimos dois anos da "Nova República", tem sido permitido fazer os mais variados exercícios com as finanças nacionais, cada um apresentando soluções diferentes, confundindo e deixando perplexa a sociedade, mas, o que é pior, possibilitando lucros ou prejuízos para diferentes segmentos da economia; os primeiros consolidando-se e os últimos jamais recuperáveis. Para não mencionar a experiência do Plano Cruzado e sua administração, hoje profundamente analisada e criticada, poderíamos

citar as várias "formuletas" adaptadas para a indexação e desindexação e, se voltarmos a 1985, poderíamos mencionar a experiência de fixar o índice das ORTN pela média trimestral do IGP, que tantas distorções causaram.

Dando seqüência e ingressando no período pós-cruzado, a gama de índices criados, o sonho de completa desindexação da economia, culminando com a sistemática atual de sinalizar a inflação pela variação das LBC, índice declaradamente provisório, inclusive para reiniciar, até voltarmos ao definitivo que poderá ser o INPC ou IPCA, etc. É importante mencionar também a famigerada "monetização" da economia, que provocou o crescimento dos meios de pagamento acima das efetivas necessidades e das leis econômicas, provocando, como consequência, inflação e a necessidade dos ajustes iniciados após novembro, resultando em crise de confiança, mais inflação e a instabilidade que hoje enfrentamos.

Capítulo especial mereciam as mudanças de tributação na fonte das aplicações financeiras implementadas em 1986, culminando com a situação atual, na qual, pela inexistência de tributação na fon-

te para aplicações no "over" lastreadas em LBC, os investidores são levados a concentrar suas aplicações no dia a dia, evitando a compra de CDB. Como consequência, as instituições financeiras, para atender suas necessidades, elevam às nuvens as taxas de captação e consequentemente para os empréstimos.

Sobre cada um desses itens se poderiam fazer análises mais detidas e seus reflexos; mas o que quero destacar é a liberdade que possuem os economistas formuladores de nossa política econômica para continuar a fazer seus ensaios, exercícios e experiências no "Laboratório Brasil".

Os PHDs, pós-graduados e professores de economia que ainda não atingiram postos governamentais formulam, diariamente, nos principais jornais do País, suas teses, algumas mostrando lógica e bom senso, mas muitas provocando confusão e interpretações errôneas pelas conclusões incorretas que registraram.

Um dos artigos que me chamaram atenção foi publicado pela Folha de São Paulo do dia 20.02.87, na página "Opinião Econômica", sob o título "Crise Cambial e Ouro", no qual o autor, abordando o desa-

juste de nossas contas externas, registra:

"Neste quadro, a produção nacional de ouro deve ser considerada um dado estratégico. Pelas informações de mercado, ainda que precárias, o Brasil produz oficialmente 30 toneladas de ouro por ano, mas estima-se que a produção real seja da ordem de 80 toneladas. Essas 50 toneladas sobressalentes, que seriam contrabandeadas, representam algo como US\$ 12 bilhões anualmente, ou seja, aparentemente, o Brasil perde com o contrabando de ouro, por ano, o valor do supéravit comercial de que necessita para equilibrar suas contas externas e certamente mais do que, com penosas negociações, estamos tentando obter junto aos nossos credores para ajustamento do balanço de pagamentos de 1987".

Ora, se realmente esses números fossem exatos, bastaria, num esforço concentrado e rigoroso, colocar a Polícia Federal a cercar toda a produção nacional de ouro e em cinco anos teríamos pago aproximadamente 50% do principal mais os juros de nossa dívida externa, podendo tranquilamente utilizar o eventual supéravit comercial para sustentar o desenvolvimento do País. Ocorre

que 50 toneladas de ouro aparentemente contrabandeadas à cotação de 11.03.87 — CZ\$ 402.000,00 o quilo — equivalem, em dólares, a aproximadamente US\$ 1,2 bilhão, e não US\$ 12 bilhões.

Não obstante o terrível engano aritmético que levou o autor a quase encontrar a solução para um dos grandes flagelos nacionais, US\$ 1,2 bilhão ainda é muito dinheiro e, se de fato 50 toneladas são contrabandeadas, as sugestões apresentadas são lógicas e passíveis de ser implementadas, principalmente aquelas que coibiriam o contrabando de ouro como alimento do mercado paralelo do dólar.

Nunca foi tão fácil e comum no Brasil, como nos últimos anos, a remessa de dólares de forma ilegal para contas no exterior, tanto por parte de pessoas físicas quanto, e principalmente, jurídicas. Tal prática lamentavelmente só é classificada como ilegal nas "novelas".

A cotação do "black", para remessa ao exterior, mais conhecida como "cabô", é obtida por telefone e os negócios são fechados com a maior facilidade. Pode-se afirmar ser impossível acabar com esse mercado paralelo, mas nada é impossível quando é

sobejamente conhecido que os depósitos de brasileiros no exterior ultrapassam US\$ 10 bilhões.

Outro aspecto no mercado do ouro, e que necessita de urgente alteração, é a dúvida legislação que tem a considerar o metal adquirido por empresas jurídicas como parte integrante do Ativo Permanente, e não Ativo Financeiro. Essa exigência legal provoca uma injustificada geração de lucro inflacionário e, via de consequências, artifícios para evitar a tributação do Imposto de Renda.

Feitas estas observações sobre o artigo "Crise cambial e ouro", acho que é chegada a hora de parar com as experiências, com os ensaios laboratoriais e com as teses salvadoras. E chegada a hora de estruturar nossa economia com regras claras, livrando-a dos "pacotes" que tanto mal lhe têm feito e à sociedade em geral, pois, do contrário, logo, logo, estaremos presenciando inscrições para a Faculdade de Economia da USP e outras em níveis bem inferiores às vagas oferecidas, tal o descrédito que merecerão os economistas.

(*) Economista e consultor de empresas em São Paulo.